

## Eixo 2 - Os jovens e o direito à cidade

As “juventudes” vítimas de homicídios: a clivagem etária, raça/cor e sexo na composição das mortes em Pernambuco e na Bahia, em determinado recorte temporal

Rogéria Martins  
Paulo Fraga  
Elisabeth Murilho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARTINS, R., PAULO, F., and MURILHO, E. As “juventudes” vítimas de homicídios: a clivagem etária, raça/cor e sexo na composição das mortes em Pernambuco e na Bahia, em determinado recorte temporal. In: SANTOS, A. R., OLIVEIRA, J. M. S., and COELHO, L. A., orgs. *Educação e sua diversidade* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 74-90. Movimentos sociais e educação series, vol. 3. ISBN: 978-85-7455-489-1. Available from: doi: [10.7476/9788574554891.0005](https://doi.org/10.7476/9788574554891.0005). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/8t823/epub/santos-9788574554891.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# EIXO 2



Os jovens e o direito à cidade

# AS “JUVENTUDES” VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS: A CLIVAGEM ETÁRIA, RAÇA/COR E SEXO NA COMPOSIÇÃO DAS MORTES EM PERNAMBUCO E NA BAHIA EM DETERMINADO RECORTE TEMPORAL



Rogéria Martins<sup>1</sup>  
Paulo Fraga<sup>2</sup>  
Elisabeth Murilho<sup>3</sup>

## 1 Introdução

Este artigo é fruto de reflexão coletiva de um grupo de pesquisa em consolidação, representado por professores de duas universidades federais mineiras: Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal de Viçosa, os quais vêm otimizando os recursos de pesquisa e atuando em parceria na promoção do debate em torno do tema *Juventude*. Esse movimento é, sobretudo, um reconhecimento que as opções no trabalho coletivo enriquecem a capacidade de atuação e análise, sobretudo, considerando a possibilidade de diálogo interinstitucional que permite maior alcance na reflexão de questões e na produção de conhecimento. Esse caminho busca sustentar nossas convicções investigativas mais profundas, em meio as mais diferentes adversidades que se colocam, principalmente, pelas dificuldades inerentes à produção de trabalhos isolados, sem maiores articulações.

O debate que ora se coloca busca aliar a questão da violência, desenvolvida em diferentes pesquisas, apresentando os riscos e vulnerabilidades a

---

<sup>1</sup> Socióloga, doutora em Políticas Públicas, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa – UFV. *E-mail*: <rogerialma@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Sociólogo, doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Diretor do Centro de Pesquisa da UFJF. *E-mail*: <pcp\_fraga@yahoo.com.br>.

<sup>3</sup> Antropóloga, doutora em Ciências Sociais, professora do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. *E-mail*: <murilho@gmail.com>.

que os jovens estão expostos, notadamente, no que concerne a vitimização por homicídios e por tentativas de homicídios. Entretanto, além desse grave problema, busca-se, igualmente, refletir sobre “as juventudes”, ou seja, os tipos de jovens, suas diferenças, suas similitudes e as desigualdades que se colocam a cada indivíduo ou grupo devido a sua condição de raça, classe ou gênero.

A literatura já nos aponta essa acepção, de negação de uma perspectiva universalista para a categoria juventude, contudo, os dados aqui apresentados ratificam essa assertiva na literatura e ainda nos revela dados concretos sobre a discussão conceitual do tema. O debate que o artigo se reporta é revelar o efeito nefasto dessas experiências marcadas pelas institucionalidades da existência social desse grupo. O crime de homicídio vem como pano de fundo nesse debate e a questão da discussão conceitual da juventude como foco principal, na medida em que apresenta como determinadas experiências marcam uma trajetória, absolutamente diferenciada a partir dos recursos disponíveis aos quais esses jovens acessam a sociedade. Nesse sentido, desassocia-se da representação aludida aos jovens, enquanto um grupo que se caracteriza pela capacidade de compor uma força social renovadora na sociedade.

## **2 Discussão do tema**

A discussão sobre juventude ganha contornos de relevância, considerando o seu componente demográfico, em todo o mundo e seu impacto na formação da sociedade, levando em conta a natureza dessa experiência social. Por outro lado, essa experiência revela um contexto bastante complexo para esse grupo social, uma vez que se torna alvo de eventos violentos fatais, como os crimes de homicídios. Esse evento apontado para a categoria juventude, na sociedade brasileira, nos coloca um grande conflito conceitual, na medida em que permite questionar que experiência é essa? Se em termos conceituais a categoria é universal, temos um problema de ordem prática, pois nem todos os componentes desse grupo social são alvos em potenciais de homicídios. Nesse sentido, a produção de conhecimento do tema exige reflexões mais elucidativas, do ponto de vista conceitual e teórico, uma vez que se trata de um universo ainda movediço, que exige maior clareza na definição da categoria juventude.

Segundo Mauger (1994, p. 6), o trabalho

aparentemente inocente, técnico, de constituição e de apresentação de uma bibliografia, de recenseamento de unidades de pesquisa, de pesquisadores e de trabalhos em curso, coloca um primeiro problema clássico: o da delimitação do domínio dos objetos.

Este é um dado que por si só já evoca um problema de ordem metodológica, como afirma Sposito (1997), porque se ponderam duas reflexões: a exigência de uma definição, ainda que provisória, para delimitar os critérios de seleção do objeto e, de outra parte, para estabelecer essa definição incorre-se nos diferentes usos da categoria juventude, ou seja, segundo Mauger (1994), o impasse está justamente na forma mínima do critério estabelecido para formalização conceitual dessa categoria.

Estudar a juventude é sempre se deparar com uma necessidade de delimitações: falamos de uma faixa etária específica, de um período da vida ou de uma condição social? Como bem formulou Bourdieu (1986), a “juventude é apenas uma palavra”, pois juventude e velhice seriam apenas construções sociais, e essas denominações se aplicariam a faixas etárias estendidas ou encurtadas segundo os interesses em jogo, dependendo da sociedade e do contexto histórico. A juventude seria então uma “invenção” dos mais velhos para deixar os mais jovens distantes da participação integral na sociedade, principalmente do poder. Assim, esse critério varia segundo o período histórico, a distinção sexual, as classes sociais e a sociedade, pois era importante para determinar a idade para os casamentos e a entrada no mundo do trabalho.

Desde a segunda metade do século XX, no entanto, a juventude tornou-se fase da vida mais valorizada, tendendo a se estender para muito além de seu limite biológico. Isto porque, após séculos de desvalorização do jovem, ao qual eram atribuídas características negativas (intempestivo, apaixonado, desmedido, excessivo), a “revolução juvenil” dos anos 60 promoveu uma inversão, transformando a juventude num valor social e cultural. Ela é, assim como os outros grupos sociais, “o encontro das construções e representações sociais com as condições de vida, as experiências e as identidades nas quais os indivíduos se reconhecem e agem”, segundo Dubet (1994, p. 1), ou seja, assim como a classe operária ou os estudantes, a juventude é uma categoria construída e vivida socialmente e, assim como as demais, é também transitória. A composição de sua trajetória marca, em efeitos bem delimitados, a expectativa que se atribui aos componentes desse

grupo – enquanto a representação de um modo de ser, suas perspectivas institucionais são marcadas, em geral, por um pragmatismo obtuso na sociedade, conforme se pode observar em Augusto (2005, p. 20):

A mesma sociedade pode produzir tipos de jovens bastante diversos, pois, originados de diferentes extrações sociais, inserindo-se em posições distintas e apropriando-se de hábitos e valores específicos de acordo com essa inserção, as “maneiras de ser” que lhes são impostas – ou que têm possibilidade de constituir – não são as mesmas para todos. Na distribuição diferencial que forçosamente ocorre, uns são mais privilegiados do que outros. Desse modo, fica claro que a juventude não é una, e que a diferenciação social e a diversidade econômica têm peso importante na configuração das distintas “maneiras de ser” impostas aos jovens.

Foracchi (1972) considera que, não sendo possível uma delimitação etária, a juventude representa histórica e socialmente uma categoria elaborada pelas tensões próprias à crise do sistema. Na concepção da autora, a categoria representa um modo de realização da pessoa, um projeto de perspectivas institucionais, uma nova configuração de existência social. A autora também caracteriza a juventude considerando a sua existência social enquanto fonte de potencial força social renovadora. Nesse sentido, mais uma vez temos que relativizar essa aceção, na medida em que se considera que a percepção da sociedade sobre essa perspectiva positiva para os jovens não é uníssona. Para determinados jovens, na sociedade, a sua caracterização vem envolvida de uma percepção estigmatizada, negativa, logo destituída desse potencial renovador. Pelo contrário, as expectativas que se voltam para uma determinada juventude revelam-se fadadas ao fracasso e à morte, destituída de qualquer força social. Bom, isso nos permite questionar de que juventudes, então, falamos? Que juventudes são essas que se compõem por trajetórias diferenciadas: enquanto uma é composta por expectativas positivas, constituída por uma força social renovadora, conforme sinaliza Foracchi (1972) e outra composta por expectativas negativas, aludidas por um processo de perda substancial de sua própria existência. Entender a especificidade de ser jovem e compreender a desigualdade dessas trajetórias e, dessa forma, compreender os horizontes que as políticas públicas podem e devem atuar, porque revela elementos potenciais de desigualdade. Os dados da pesquisa sobre homicídios em Pernambuco e na Bahia são apenas um exemplo desse contexto desigual, o qual se aplica a trajetória de determinadas juventudes.

As transformações operadas na contemporaneidade têm imposto desafios para compreender essa categoria, uma vez que são reconhecidas as diferentes inserções dos jovens na sociedade, no que tange às dimensões históricas, sociais e culturais. Ser jovem implica identificar, então, uma suposta faixa etária, o contexto social em que vive e suas idiossincrasias. Se, conceitualmente, os limites estão colocados pelas implicações que a categoria estabelece nos contextos sociais; por outro lado, a sua conformação pelas instituições sociais é realizada à revelia dessa indisposição conceitual, sob o crivo direto das representações que os operadores aplicam ao sentido da juventude. Por isso, muitos autores (QVORTRUP, 2000; GROppo, 2000; ALANEN, 2001; MAYALL, 2002) consideram o termo geração uma categoria estrutural importante na análise dos processos de estratificação social e nos dispositivos das construções das relações sociais (SARMENTO, 2005). É sempre muito bom lembrar essa dimensão reveladora na sociedade em que pese às formas de pensar para esse grupo social. Segundo Novaes (2006), jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais, porque possuem experiência social diferente em seus contextos históricos, sociais e culturais. Portanto, a uniformização conceitual da categoria alude-se a uma distensão do real. Velho (2006) nessa mesma tentativa de explicar o conceito, também reconhece a dificuldade de qualificar juventude, dentro de uma perspectiva universal.

Isso reforça a ideia de que a compreensão da contemporaneidade deve estar atenta às concepções que grupos sociais são categorizados, o grupo social concreto (MANNHEIM, 1968) para reconhecer suas experiências e sociabilidades específicas, para não incorrer em camuflagens ideológicas das estratificações sociais. Segundo Foracchi (1972), as trajetórias possíveis desse grupo são estabelecidas socialmente, onde cada sociedade impõe um modo de ser dessa juventude, logo, revela sua existência social a partir de sua própria imagem. Essa imagem se revela potencializadora ou não, acometida pelos recursos e potencialidades que se atribui a constituição desse grupo, de sua institucionalidade fruto da disposição que a sociedade lhe atribui. Estamos falando aqui das alternativas, das oportunidades nessas trajetórias sociais que são oferecidas de forma, absolutamente, desigual na sociedade brasileira. As clivagens de raça/cor, sexo e faixa etária são variáveis que revelam essa desigualdade.

Reconhecemos que tais clivagens demandam desigualdades nas formas como os jovens são identificados e vivem sua juventude. Essas clivagens ocorrem em qualquer espaço geográfico, pois estão presentes em

muitos países, logo não é prerrogativa nacional. Contudo, no caso específico do Brasil, a forma como ocorrem os homicídios contra jovens de bairros periféricos de grandes e médias cidades possui a sua especificidade, sobretudo, em parte pelo desvelo atribuído a essas mortes. Não iremos discutir essas diferenças regionais ou internacionais, pois foge dos objetivos deste texto, mas reafirmamos que as formas como determinadas sociedades lidam com a questão são preponderantes significativos a partir de suas taxas de homicídios cometidas a determinados jovens.

Ainda que Mannheim, enquanto autor importante nesse debate, defenda a corrente geracional que evoca a composição de elementos constituintes de uma mesma fase de vida e, dessa forma, com elementos etários definidos na perspectiva de uma cultura juvenil; Bourdieu (1986) também apresenta uma interpretação, denominada de classista, uma vez que a juventude é tomada como um grupo necessariamente diversificado, em razão de suas pertencas de classe. Foracchi (1972) contribui de forma prestigiosa com sua interpretação da categoria, ao identificar não só esse componente classista, como marca um campo de atuação dotado de institucionalidades, bem como a representação de uma existência social a qual sua trajetória estará marcada pelos recursos disponíveis que o Estado vai permitir que esse grupo acesse. A questão que se apresenta é o modo como, recorrentemente, esses atores são revestidos em seus papéis sociais, desenvolvendo práticas diferenciadas de uma determinada classe etária, em cada contexto social particular. Esse construto envolve implicações mútuas na categoria juventude.

### **3 Metodologia das pesquisas**

A reflexão que se seguirá deu-se em determinado período, mas o que se pretende neste trabalho é justamente fazer uma análise do evento em um tempo específico, independente de ser recente ou mais longínquo. A ideia é refletir sobre a incidência do homicídio, levando em consideração suas características.

Na direção dos estudos que buscam compreender o fenômeno a partir de suas perspectivas ecológicas, o presente artigo analisa o incremento dos homicídios no estado da Bahia e em Pernambuco, Brasil, a partir da aferição do incremento das taxas de homicídios em todos os municípios que compõem esses respectivos estados nordestinos. Os resultados a serem

apresentados são parte integrante das pesquisas: *Homicídios nos Municípios Baianos de 1991-2002: uma análise descritiva* e *Homicídios em Pernambuco (1990-2003): uma análise descritiva de Eventos Violentos*, ambas coordenadas pelo prof. Paulo Fraga e financiadas pelo CNPq. O estudo original compreendia os anos de 1991 a 2002, bem como 1990-2003. No entanto, nessa comunicação, o recorte temporal foi realizado para os anos compreendidos entre 1996 e 2007. Optou-se por atualizar os dados com informações de anos mais recentes, o que proporciona um retrato mais atual do fenômeno e porque tal procedimento permite trabalhar apenas com a Revisão X da Classificação Internacional de Doenças (CID).

A frequência de homicídios foi trabalhada para a população total, por grupo de sexo, por faixas etárias e por raça/cor, conforme categoria estabelecida pelo Banco de Dados do Sistema de Informação de Mortalidade do DATASUS. A organização das frequências de óbitos foi realizada por local, segundo sua distribuição de ocorrência e não de residência, pela importância que a primeira categoria tem para a política de segurança pública.

Os estudos de corte ecológicos se caracterizam pelo emprego de indicadores de exposição agregados, com definição da unidade de análise. Como observa Hennekens (1987), nos estudos de problemas de saúde, entre os quais os homicídios, a abordagem ecológica constituiu-se um primeiro e importante passo, no sentido de informar os agravos de saúde, as relações que se estabelecem entre a variável e fatores outros de exposição que podem ser avaliados para o levantamento de hipóteses causais e sua distribuição espacial. Esta questão tem sido levantada por pesquisadores que vêm se dedicando à temática. Cano (2000), ao realizar pesquisa sobre indicadores de criminalidade no Rio de Janeiro, observou que os dados das polícias apresentam inúmeros problemas, tais como: falta de padronização entre as categorias em anos diferenciados; informações duplicadas por departamentos distintos de polícias; inexistência de dados sobre características das vítimas, dos agressores e dos atos delituosos; ausência de padrão nos procedimentos de coleta de informações e nas categorias utilizadas entre unidades diferentes, e um número bastante alto de subnotificação. Cardia et al. (2003) também atentaram para o fato de que no decorrer dos procedimentos investigativos e judiciais pode ocorrer a categorização diferente do mesmo evento.

Outro problema que dificulta a utilização de informações policiais para monitorar atividades criminais ou violência no Brasil, é que os dados policiais publicados fornecem informações apenas sobre o número

de eventos criminais, mesmo quando envolvem mais de uma vítima ou agressor. Desta forma, um homicídio múltiplo, tal como uma chacina, é considerado como um caso apenas, independente do número de vítimas (CARDIA et al., 2003).

De outro modo, apesar de o Sistema de Informação de Mortalidade – SIM apresentar problemas como um número significativo de dados indeterminados ou não identificados para algumas categorias, há um processo de homogeneização dos dados que vem sendo empregado pelo Ministério da Saúde às secretarias municipais e estaduais de saúde que têm facilitado estudos epidemiológicos e sociais com estes dados. Nesse sentido, nos últimos anos, vários ajustes têm sido feitos visando à diminuição de subnotificações e indeterminações.

Ainda que os dados apresentados não sejam absolutamente atuais<sup>4</sup>, eles revelam um quadro sintomático para a categoria juventude e vêm ser objeto de análise neste trabalho, tendo em vista o enriquecimento das afirmações elaboradas por estudiosos do tema.

#### 4 Dados da pesquisa

A Organização Mundial de Saúde estima que, aproximadamente, 1,6 milhões de pessoas morrem a cada ano, em decorrência da violência. Esta se encontra entre as principais causas de óbito na faixa etária de 15 a 44 anos no Brasil e, na maioria dos países, corresponde a 14% dos óbitos no sexo masculino, e a 7% dos óbitos no sexo feminino.

Em alguns trabalhos, algumas causas têm sido citadas: a possível associação das altas taxas de homicídios com o processo de urbanização, desigualdades socioeconômicas, pobreza, tráfico de drogas, encontros raciais e étnicos, mudanças na estrutura familiar, conflitos armados, atos de resistências e violência policial entre outros fatores (SOUZA, 1994). No entanto, devemos ter muito cuidado com as afirmações que atrelam o aumento dos homicídios a fatores como a pobreza. Existe uma larga discussão na literatura sociológica brasileira e mundial, que critica esses tipos de abordagens.

---

<sup>4</sup> Para efeito deste artigo, o presente trabalho é fruto de reflexão sobre um dos temas do **Encontro dos Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude – Participatório em Rede**, baseado em pesquisas já realizadas.

No Brasil, o índice de homicídios perpetrados por agentes policiais é considerado, também, muito alto para os padrões internacionais e tem sido alvo de preocupação de estudiosos (CANO, 2000), por ter participação nos homicídios em geral e pela dificuldade de se mensurar sua real dimensão, pois ficam subsumidos nas estatísticas deste tipo de evento pela forma como são registrados. A abordagem da violência como um problema do campo da saúde pública visa analisar sua classificação e distribuição geográfica e, concomitantemente, identificar os seus determinantes sociais, sobretudo compreender porque tantos jovens morrem no Brasil. O limite da utilização das fontes relativas ao setor saúde é por apresentar, apenas, os dados da vítima, tipo de ferimento e de instrumento utilizado, não contendo informações sobre o agressor. Nesse sentido, a pesquisa não nos permite estabelecer associações e explicações conclusivas, mas revela quem são essas vítimas; quais as suas características. Desse modo, ela aponta a necessidade de ações institucionais, através de políticas públicas, para promover ajustes contundentes para proteger e garantir os direitos dessas vítimas. Ainda que esse contexto mereça maior investimento do Estado para com esses grupos sociais.

A literatura avança, mostrando que o estudo sobre os homicídios por arma de fogo no Brasil (TOURINHO, 2004), na maioria dos estados brasileiros, é o principal instrumento utilizado nos homicídios. Esta causa está diretamente ligada a determinados fatores como o aumento da criminalidade e pela facilidade de acesso às armas pela população. Tourinho (2004) alerta, ainda, que a violência por armas de fogo é resultante da complexa e dinâmica interação de múltiplos fatores que incluem determinantes de âmbito individual, relacional, comunitários, político e social. Isso recrudesce ainda mais o estado de ser dessas vítimas que, antes mesmo de serem acometidas pelo crime de homicídio, estão imersas num contexto de extrema violência.

Nesse sentido, as políticas multisetoriais e integradas necessitam estar centradas na diversidade de causas que influenciam o aumento das taxas de homicídios e que passam pela adoção de medidas estruturais para a redução das desigualdades; diminuição da impunidade e reforma dos sistemas policial, judiciário, penitenciário, visando à redução do sentimento de insegurança da população e que é responsável pela demanda de mecanismo privados de segurança, que funcionam, muitas vezes, à revelia da lei, reproduzindo a violência que anunciam evitar e combater (TOURINHO, 2004).

### *Em Pernambuco*

Se analisarmos a frequência dos homicídios por arma de fogo no período, levando em consideração os anos extremos da série, é possível observar que a participação percentual dos homens no total dos eventos aumentou de 93,55%, em 1996, para 94,82%, em 2007, em Pernambuco. O ano de 2001, entretanto, tal como ocorreu para os homicídios, em geral, é o ano em que houve a maior participação percentual masculina no total dos homicídios por arma de fogo. Beato Filho e Marinho (2007), em seu estudo, observam que a taxa de homicídios envolvendo armas de fogo no Brasil é maior entre os homens, jovens, do que em qualquer outro grupo. No caso específico do estado de Pernambuco, a participação percentual de homens no total de homicídios é significativa e expressa a tendência do fenômeno se concentrar nesse grupo de gênero.

A variável raça/cor é utilizada, também, como importante indicador do caráter de seletividade dos eventos de homicídios. Somente a partir de 1996, a variável raça-cor é incluída no SIM. Nesse ano, a subnotificação é altíssima, quase 100%, por isso, não foi incluída na análise. É a partir de 2001 que os dados apresentam um número menor de cor ignorada da vítima do homicídio. É importante observar que a cor parda é aquela onde há maior número de vítimas, excetuando a categoria ignorada em todos os anos da série, sendo que em 2007, ela representa 91% das vítimas de homicídios no estado de Pernambuco. Sabe-se que a categoria parda é extremamente ambígua, pois, em sua maioria, está incluída uma parte significativa da população afrodescendente.

Em relação aos grupos etários mais vulneráveis aos eventos de homicídios, não é novidade que os jovens são o grupo mais exposto. Como revela o estudo de Tourinho (2004), que compreende os anos de 1980 a 2002, neste período, 110.320 crianças e adolescentes, de 0 a 19 anos, foram vitimadas fatalmente por agressão. Em Pernambuco, a faixa etária mais vitimada no período foi aquela que compreende as idades de 20 a 29 anos, quando em todo o período, foram vitimadas 21.092 pessoas; seguida da faixa etária de 30 a 39 anos, com 11.129 vítimas e de 10 a 19 anos, onde 8.966 pessoas morreram. Se levarmos em conta os anos extremos da série, observa-se que houve um crescimento maior na faixa etária de 10 a 19 anos, em relação às outras duas. Enquanto esta faixa cresceu 94%, a faixa de 20 a 29 cresceu 71% e a de 30 a 39 incrementou, nas extremidades do período, 34,45%.

No ano de 1996, o estado de Pernambuco registrou 3.022 mortes por homicídios. As cidades com mais de 20.000 habitantes foram as que apresentaram as maiores taxas destacadas. Floresta se destaca como a cidade que apresenta a maior taxa e a mesorregião na qual a cidade está inserida, a do São Francisco, é aquela que possui o maior número de municípios entre aquelas que apresentam as maiores taxas, totalizando três cidades. As mesorregiões do Sertão, Região Metropolitana e Agreste vêm em seguida, com dois municípios cada. Em relação às microrregiões, a de Petrolina se destaca com dois municípios. As taxas são muito altas, todos os dez municípios apresentam taxas acima de 50/100.000, índices que se apresentavam entre os mais altos do país no período.

### *Na Bahia*

Como observa Soares Filho (2011), há diferenças notáveis de risco de morrer pelo evento do homicídio entre brancos e negros no Brasil, mesmo quando está sob controle a taxa de escolaridade do indivíduo. A expectativa de vida de homens e mulheres negras é menor se comparada com pessoas brancas dos sexos masculino e feminino. Na capital baiana, cidade com uma alta presença de população negra em sua composição, os indivíduos desse grupo racial morrem em idades menores e perdem 12,2 vezes mais anos potenciais de vida, em razão dos homicídios do que os brancos.

Na Bahia, somente a partir dos anos de 2005, as informações sobre homicídios segundo raça/cor passaram a ser mais confiáveis, com menor subnotificação. O grupo de pessoas consideradas preto/pardo representou, entre 2003 e 2005, cerca de 85% do total dos homicídios. Agregados na categoria negro, eles representam o grupo mais vulnerável ao evento de homicídios.

O abreviamento da vida na juventude está na faixa etária com a maior frequência de homicídios e é aquela que compreende as idades entre 20 e 29 anos. Na série histórica de 1998 a 2007, os adolescentes entre 15 e 19 anos aparecem como a terceira faixa etária em número de homicídios. No entanto, se levamos em consideração as taxas de homicídios, a faixa de 15 a 19 aparece em segundo lugar, abaixo, apenas, da faixa entre 20 e 29 anos.

No ano de 2007, para a faixa etária de 15 a 19 anos, algumas cidades baianas apresentaram índices significativamente altos. Das dez cidades com mais de 20.000 habitantes, três estavam localizadas na microrregião de Salvador e duas na microrregião de Ilhéus-Itabuna.

Se observarmos a evolução das taxas de homicídios entre os anos de 2000 a 2007, para a população de 15 a 19 anos, podemos perceber que houve um aumento significativo de municípios que tiveram índices acima de 50/100.000, entre os anos extremos da série histórica. Outra característica importante na evolução do incremento das taxas para a faixa etária é o fato de no ano 2000 existirem 363 municípios no estado que tinham taxa zero para a referida população. No ano de 2007, embora ainda a maioria dos municípios continuasse apresentando taxa zero de homicídios, o número cai para 333, e a maior taxa que em 2000 era de 146/100.000 passou, em 2007, para 232/100.000.

As taxas gerais de mortalidade para a população, em geral, aumentaram significativamente ao longo do período estudado, a faixa etária entre 15 e 19 anos foi uma das mais atingidas pelo evento.

As características da alta das taxas de homicídios que se concentram em alguns municípios baianos e que aumentaram nos últimos anos, principalmente em cidades da Região Metropolitana de Salvador e em cidades de porte médio interioranas, mas com grande concentração urbana, como Itabuna, destacam a questão do risco e da vulnerabilidade que os jovens da periferia, geralmente negros, estão submetidos. Os dados mostram, também, que a maioria dos eventos foi praticada nas áreas periféricas das cidades.

A esse respeito Ruotti, Massa e Peres (2011) chamam a atenção para a urgência de uma abordagem do fenômeno da violência que supere àquela centrada no risco, que permita compreender o estigma que recai sobre determinados jovens, e os efeitos específicos que isso pode produzir e que podem levá-los a desfechos violentos. O que as autoras enfatizam é a necessidade das análises de vulnerabilidade de considerar tanto os perigos ou eventos hostis que podem afetar uma determinada população, principalmente, os jovens das periferias urbanas, quanto à fragilidade desses em enfrentar os eventos violentos. Esse procedimento, segundo as autoras, pode auxiliar na compreensão de processos culturais e sociais envolvidos nas situações de violência, bem como entender as formas como os jovens lidam e enfrentam, assim como o sentido que eles as atribuem.

Nesse sentido, complementam as autoras, um dos desafios dos estudos é entender os significados da exposição de jovens à situação de risco que os aproximam da possibilidade de terem suas vidas ceifadas precocemente, como consequência dos processos de socialização que os empurram para atividades ilegais. O risco e a vulnerabilidade devem ser analisados em um processo mais amplo como consequência de trajetórias de vidas moldadas na relação com situações estruturais (FRAGA, 2003).

## 5 Considerações finais

Embora o estudo não tenha se aprofundado nas causalidades do aumento dos homicídios, as formas como são cometidos esses crimes, com armas de fogo, em sua maioria, em cidades onde a maioria das vítimas reside em bairros da periferia das áreas urbanas, apontam para a necessidade de compreender os eventos como similares aos que há mais tempo em outras regiões metropolitanas, como Rio de Janeiro e São Paulo. Se nestas cidades tem havido uma diminuição, ainda que haja recorrência do evento, em cidades baianas, como aquelas localizadas na Região Metropolitana de Salvador, os eventos aumentaram. Por outro lado, Pernambuco se destaca no país como o estado com a maior taxa de homicídios. Em relação aos grupos etários mais vulneráveis aos eventos de homicídios, não é novidade que os jovens são o grupo mais exposto. Se levarmos em conta os anos extremos da série, nesse estado, observa-se que houve um crescimento maior na faixa etária de 10 a 19 anos, em relação às outras duas. Enquanto essa faixa cresceu 94%, a faixa de 20 a 29 cresceu 71% e a de 30 a 39 incrementou, nas extremidades do período, 34,45%. Se juntarmos os dois grupos que compõem a faixa etária reconhecida como jovem, de 15 a 29 anos, temos um percentual ainda maior. Esse é um dado significativo para a situação dos jovens no Brasil. O enfrentamento requer políticas públicas eficientes e focadas na população juvenil, a mais vulnerável, conforme os dados revelam.

Isso posto, para efeito do trabalho que ora se apresenta, considera-se que o efeito classista da categoria juventude é estruturador para compreender os processos de estratificação social, nos quais podem revelar os efeitos de classe, gênero e raça em que esses grupos estão imbricados. Nas sociedades dinâmicas, como a contemporânea, o efeito da transitoriedade das gerações está inscrito nas possibilidades dos processos de mudanças sociais, contudo o efeito seletivo dos eventos de homicídios revela que parte da juventude brasileira está sendo assassinada de forma acentuada e esses jovens, em suas trajetórias individuais, perdem a possibilidade de adquirir força social.

É em Bourdieu (1986) que o trabalho aqui exposto encontra maior amparo, enquanto interlocutor da corrente conceitual classista. Bourdieu (1986) revela maior legitimidade conceitual às análises empíricas deste estudo, pois procura considerar os contextos diferenciados das condições econômicas, as diferentes parcelas de poder e os interesses em

jogo; conferindo a categoria juventude universos sociais que não parecem homogeneizar esses grupos etários. Por outro lado, é em Foracchi (1972) que se tem a oportunidade de interpretar esses dados sobre homicídios de jovens, na sua maioria de sexo masculino, negros marcados por uma existência social, aludidos dentro de componentes institucionais próprios, que ganham contornos mais extensos para compreender o fenômeno da desigualdade composta nessa existência.

Esta discussão ganha contornos mais práticos, neste trabalho, na análise conjuntural que a aplicação do conceito juventude se coloca, na medida em que busca compreender como os efeitos da clivagem etária, raça/cor e sexo como a inscrição à desigualdade para a categoria juventude se projeta e se estende, paulatinamente, na sociedade brasileira.

Segundo Foracchi (1972), a juventude revela como a categoria é inscrita pelas tensões próprias na crise do sistema. Se considerarmos a questão dos homicídios como uma vertente dessa configuração conflituosa da sociedade, temos aqui uma representação bastante complexa da composição dos jovens na sociedade brasileira. Se para a autora, a juventude representa uma nova configuração de existência social; o quadro de violência inscrito para a categoria revela uma nefasta configuração da existência social dos jovens brasileiros – figuras potencializadas pela vitimização da prática de homicídios.

## Referências

ALANEN, L. Explorations in gerational analysis. In: ALANEN, L; MAYALL, B (Org). **Conceptualizing child-adult relations**. London: Routldge, 2001.

AUGUSTO, M. H. O. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, novembro de 2005.

BEATO, F. C. C; MARINHO, F. C. Padrões regionais de homicídios no Brasil. In: CRUZ, da Marcus Vinicius Gonçalves; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BOURDIEU, P. De quoi parle-t-on- quand on parle du ‘problème de la jeunesse?’ In: PROUST, François (Org.). **Les jeunes et les autres: contributions dès sciences de l’homme à la question des jeunes**. Vaucresson: CRIV, 1986.

CANO, I. Registros Criminais da Polícia no Rio de Janeiro: problemas de confiabilidade e validade. **Fórum de Debates: Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CARDIA, N. et al. Homicídio e violação dos Direitos Humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 17, v. 47, p. 43-73, 2003.

DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FRAGA, P. C. P. Homicídios nos Municípios Baianos de 1991-2002: uma análise descritiva. **Relatório de pesquisa**, 2009.

\_\_\_\_\_. Da Favela ao Sertão: Juventude, Narcotráfico e Institucionalidade In: FRAGA, P.C.P.; IULIANELLI, J.A. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Homicídios em Pernambuco (1990-2003): Uma Análise descritiva de Eventos Violentos. **Relatório de Pesquisa**, 2009.

FORACCHI, M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.

GROPPO, A. L. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HENNEKENS, C.H. et al. **Epidemiology in Medicine**. Boston: Little, Brown & Co, 1987.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. **Sociologia da Juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1968.

MAUGER, G. **Les jeunes en France**: état des recherches. Paris: La documentation française, 1994.

MAYALL, B. **Towards a sociology for childhood**: thinking from children's lives. Buckingham: Open University, 2002.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (Orgs.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

QVORTRUP, J. Generations an important category in sociological research. In: Congresso Internacional dos Mundos Sociais e Culturais da Infância, Braga, 2000, **Actas...** Braga; Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Infância, v.2, 2000.

RUOTTI, C; MASSA, V.; PERES, M. F. T. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. **Interface (Botucatu)**. 2011, vol. 15, n. 37, 2011.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, mai./ago., 2005.

SOARES FILHO, A. M. Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2011, vol.45, n. 4, p. 745-455. Epub, 01-Jul-2011.

SOUZA, E. R. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, n.1, p. 45-60, 1994.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre Juventude e Escolarização. In: Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 37-52, mai.-ago./set.-dez.1997. (Edição Especial)

TORINHO, M. F. **Mortalidade por armas de fogo no Brasil: 1991 a 2000**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

VELHO, G. Epílogo – juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.